

O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

THE MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO: FIRST APPROACHES

Helton Messini da Costa (UFF)¹

Zuleide S. Silveira (UFF)²

Resumo

Este trabalho é fruto da pesquisa, que vem sendo desenvolvida no Curso de Mestrado em Educação/PPG-Educação/UFF, cujo objeto é o Movimento Escola sem Partido. O texto está estruturado em três seções. Na primeira, busca-se localizar, no tempo e no espaço, a gênese do fenômeno Movimento Escola sem Partido (MESP) e, de modo preliminar, o seu desenvolvimento e atuação, por mediação de intelectuais que ocupam cargos na sociedade política, além daqueles singulares e coletivos que atuam na sociedade civil. Na segunda, busca-se desvelar a complexa relação entre Estado, política e religião, tendo como alvo de análise a bancada evangélica, a bancada católica e a Frente Parlamentar em Defesa da Família. De modo particular, intenta-se apreender o apoio das referidas Bancadas Cristãs, da Frente Parlamentar em Defesa da Família e de alguns parlamentares espíritas kardecistas, ao Deputado Federal Jair Bolsonaro e a relação que, juntos, estabelecem com o MESP, na produção do pânico moral que se espalha pela sociedade brasileira. Na terceira, analisa-se o papel do intelectual na acepção ampliada de Antonio Gramsci, de modo a compreender o movimento de grupos sociais como parte do processo ontológico, que vem marcado por sujeitos históricos organizados em frações de classe. Neste sentido, aponta-se para a importância do papel que cumprem, enquanto intelectuais, na transformação ou conservação da sociedade. Nas Considerações Finais, retoma-se as principais conclusões a que chegamos, em cada seção, dando destaque à responsabilidade dos intelectuais (orgânicos e cosmopolitas) da classe trabalhadora de lutar contra as formas de violência exercidas sobre o pensamento crítico e a práxis de intelectuais discentes, docentes e pesquisadores e o ataque à escola e a universidade.

Palavras-chave: Movimento Escola sem Partido; Estado, Política e Religião; Intelectual.

Abstract

This work is result of an investigation has been developed in Master Education Course at the PPG-Education/UFF, of which object is the School without Party Movement. The text is structured in three sections. In the first one we intend to locate in time and space the genesis of phenomenon of School without Party Movement (SWPM), and in a preliminary way its development and performance through the mediation of intellectuals who hold positions in political society in addition to those - individual and collective – intellectuals in civil society. In the second one, we intend to unveil the complex relationship between State, politics and religion focusing on the Evangelical bench, Catholic bench and Parliamentary Front in Defence of the Family. In a particular way, we intend to apprehend forms of support they - the aforementioned Christian benches as well as the Parliamentary Front in Defence of the Family and some Kardecist spirits parliamentarians – offer for the Federal Deputy Jair Bolsonaro, and the relationship they establish with SWPM in the production of moral panic that has been spread through Brazilian society. In the third one, we analyse the role of the intellectual in Antonio Gramsci's amplified idea of intellectual in order to understand the interest-groups movement as part of the ontological

¹ Mestrando em Educação no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense (PPG-E/UFF). Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). messiny@gmail.com e heltoncosta@id.uff.br.

² Professora da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação, ambos, da Universidade Federal Fluminense. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Estado, Trabalho, Educação e Desenvolvimento: a contribuição do pensamento crítico latino-americano (GPETED).

process which has been determined by historical individuals organized in class fractions. In this regards we pointed out how important role intellectuals in direction of transformation or conservation of society. In the Final Considerations we return to the main conclusions we reached in each section, highlighting the responsibility of the intellectuals (organic and cosmopolitan) of working-class fight against the forms of violence exercised over critical thinking and students, professor and investigators intellectuals' praxis and the attack on school and university.

Keywords: School without Party Movement; State, Policy and Religion; Intellectual.

INTRODUÇÃO

Há dezessete anos, Mészáros, ao apontar para a incontrollabilidade e o potencial de autodestruição humana do capital, a sua necessidade de subjugar globalmente o trabalho, bem como a forma na qual é produzido e apropriado o conhecimento, citava Denis Noble para chamar a atenção sobre a responsabilidade dos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora de lutar contra as formas de violência que avariam nesta segunda década do século XXI.

As estruturas da sociedade – sociais, políticas e religiosas – estão rangendo sob o peso da nossa incapacidade de absorver o que sabemos em sistemas éticos e sociais amplamente aceitos. O problema é urgente (...). Um dos resultados possíveis é, naturalmente, o fundamentalismo, o que certamente representaria uma grave ameaça à integridade acadêmica [escolar e universitária] (NOBLE, 1999 *apud* MÉSZÁROS, 2003)³.

De fato, uma ofensiva conservadora e de extrema direita, vem se propagando por todas as partes do globo, particularmente aquelas que se encontram inseridas no processo de internacionalização da economia e seu correlato, a internacionalização da tecnologia. Mas, a vaga não se manifesta apenas no plano econômico. As decisões políticas tomadas em nível supranacional desconsideram por completo os interesses nos marcos do Estado-Nação, como a produção de ciência, tecnologia, de organização da cultura e da educação, de formas autônomas.

Esta relação entre as políticas de níveis supranacional e nacional engendram, segundo Löwy (2015), a emergência de movimentos nacionalistas, muitos herdeiros do nazismo e do fascismo, bem como os pânicos de identidade devidos, não apenas, ao processo de homogeneização cultural trazido pela globalização capitalista em sua fase neoliberal, mas também, a necessidade de certos grupos sociais procurarem suas raízes

³ István Mészáros publicou *O século XXI: socialismo ou barbárie?*, em 2000, primeiro na Grécia, depois na Itália. No Brasil, no entanto, a primeira edição foi publicada no ano de 2003.

culturais, levando-os ao chauvinismo⁴, à xenofobia⁵, à exacerbação do racismo⁶, aos conflitos étnicos e confessionais, a gênero-fobia e, ainda, ao anticomunismo.

Ainda segundo Löwy (2015), os movimentos e partidos políticos de extrema-direita são favoráveis à repressão policial e militar para assegurar formas autoritárias de impor seus valores, mas também para garantir o que entendem por “segurança”, em detrimento dos direitos sociais e subjetivos da classe trabalhadora, particularmente das camadas mais pobres, dos imigrantes, dos diferentes credos.

Além destes aspectos de ordem geral, no Brasil em particular, os movimentos conservadores e os partidos políticos de extrema-direita se manifestam segundo a especificidade do capitalismo dependente, o ritmo do desenvolvimento interno de suas contradições e o “padrão [autocrático] de dominação burguesa” (FERNANDES, 2008, p. 356; 396-409)⁷.

Há movimentos conservadores que empunham as bandeiras do governo empresarial-militar ao exaltar torturadores numa alusão ao anticomunismo; outros fazem culto à pena de morte ao afirmar que, “bandido bom é bandido morto”; outros tantos se apresentam contrários à corrupção, como se ela não fosse sistêmica nem legitimasse o pacto de dominação burguesa, no qual a oligarquia agrária permanece ativa na arena do Estado a despeito da hegemonia de frações de classe com as da indústria, financeira e de serviços; apoiados no tripé pátria, religião e família, fazem referências à ordem e ao progresso do “dia que durou 21 anos”; ao mesmo tempo em que tornam notório seu ódio às minorias (mulheres, negros, índios, gays, lésbicas), vociferam contra o comunismo sob o entendimento equivocado de que Partido dos Trabalhadores (PT), à frente do bloco no poder (2003-2016), estabelece políticas e ações como base em determinado comunismo, que ora seria centralizador, autoritário e marxizante, ora seria anarquizador e amoral.

As ameaças à produção do conhecimento e ao meio acadêmico, citadas em Mészáros (2003), aos quais acrescentamos os espaços escolar e universitário, mas também o direito de livre pensamento e de expressão do professor no exercício da profissão, vêm se manifestando em particular no Movimento Escola Sem Partido(MESP).

⁴ Patriotismo exaltado, uma referência a Nicholas Chauvin, soldado de Napoleão, que se tornou um patriota ao extremo.

⁵ Medo patológico de pessoas ou coisas estrangeiras

⁶ Teoria e sentimento que se afirmam na superioridade de determinada raça em relação à outra.

⁷ Para Florestan Fernandes, a autocracia é engendrada pela organização compósita da burguesia associada e dependente na ossatura do Estado, mantendo “à quente”, a expoliação, a miséria e as desigualdades sociais,

Além desta Introdução e das Considerações Finais, o texto está estruturado em três seções. A primeira analisa a gênese e o desenvolvimento do MESP, de modo a capturar o movimento contraditório que estabelece entre sociedade civil e sociedade política. Em seguida, busca desvelar a complexa relação entre Estado, política e religião, tendo como alvo de análise a bancada evangélica, a bancada católica e a Frente Parlamentar em Defesa da Família. De modo particular, intenta apreender o apoio das referidas Bancadas Cristãs, a Frente Parlamentar em Defesa da Família e alguns parlamentares espíritas kardecistas ao Deputado Jair Bolsonaro e a relação que, juntos, estabelecem com o MESP, na produção do pânico moral que se espalhou pela sociedade. A terceira, analisa o papel do intelectual na acepção ampliada de Antonio Gramsci, de modo a compreender o movimento de grupos sociais como parte do processo ontológico, que vem marcado por sujeitos históricos organizados em frações de classe. Neste sentido, aponta para determinações não-classistas das ações daqueles grupos sociais, como gênero, cor, raça, nacionalidade, bem como para a importância do papel que cumprem, enquanto intelectuais, na transformação ou conservação da sociedade. Nas Considerações Finais retomamos as principais conclusões a que chegamos, em cada seção, dando destaque a responsabilidade dos intelectuais (orgânicos e cosmopolitas) da classe trabalhadora de lutar contra as formas de violência exercidas sobre o pensamento crítico e a práxis de intelectuais discentes, docentes e pesquisadores e o ataque à escola e à universidade.

1. A GÊNESE DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO

Longe de ser um movimento singular, de origem brasileira, os movimentos *No Indocritnation*, *no brainwashing*, *No brainwashing kids*, *No indoctrination by dogmas*, *Creation Studies Institute*, além do *Campus Watch*, são uma realidade na Austrália, nos Estados Unidos da América do Norte (EUA) e no Canadá.

Segundo Espinosa e Queiroz (2017), Edgar Palácio Mizrahi⁸, partidário do “uribismo”⁹, é o principal representante do *Creation Studies Institute* (CSI) na América-Latina, tendo como objetivo traduzir para língua castelhana o material de combate à chamada doutrinação nas escolas públicas.

⁸ PhD em Filosofia e Letras pela *Anglican Seminary of Virginia* e em Ciência Política pela *Universidad del Zulia* de Venezuela. Presidente e fundador da Igreja Prebeteriana Reformada da Colômbia.

⁹ Denomina-se uribismo o movimento de apoio às políticas de governo Alvaro Uribe Vélez.

Não sem razão, o mentor, fundador e líder do MESP, Miguel Francisco Urbano Nagib¹⁰, afirma sua inspiração no grupo de pais e alunos estadunidenses, reunidos em torno do *No Indocritnation.org*¹¹, que com o mesmo objetivo teria atingido a sua meta.

Embora tenha fundado o Movimento Escola sem Partido no ano de 2004, seu suposto problema teria como marco o ano de 2003 (coincidentemente, o mesmo ano de início do governo Lula da Silva, do PT), quando um professor da disciplina de História teria comparado Che Guevara a São Francisco de Assis com o intuito de fazer a turma, na qual sua filha estava matriculada, crer que, ambos, Che Guevara e São Francisco, foram abnegados em nome de sua ideologia (EL PAÍS, 2016).

Mesmo reconhecendo seu insucesso, frente à direção escolar, aos professores, pais e responsáveis de estudantes, quando escrevera uma carta aberta ao professor de História (*ibid.*, *ibid.*), Miguel Nagib, junto a Bráulio Matos¹², imprimiu ritmo ao MESP, com o objetivo de pôr “à disposição da comunidade escolar um acervo permanente de informações sobre o tema [o problema da instrumentalização do ensino para fins políticos, ideológicos e partidários]”, por meio do sítio eletrônico <http://www.escolasempartido.org>.

Os fundadores do tal movimento entendem que a maioria dos professores, livros e programas curriculares, desconsideram a diferença entre o ato de educar e o ato de doutrinar, por esta razão o sítio torna-se instrumento de denúncia anônima, por parte dos estudantes, ex-estudantes, pais e responsáveis, sobre o conteúdo programático, o material pedagógico e as atitudes e comportamento dos professores na transmissão do conhecimento (ESCOLA SEM PARTIDO, s/d).

Mas, qual o significado de educação para os fundadores, apoiadores e simpatizantes do MESP? A resposta encontra-se no livro *Professor não é educador*, de autoria de Armindo Moreira¹³ uma das referências para os criadores e apoiadores do movimento.

Para Moreira (2012, p. 11), “só educa eficazmente quem ama o educando... Exigir que o professor seja um educador é exigir que ele ame o aluno. Ora, não é sentimento que se exija para exercer uma profissão”.

¹⁰ Miguel Nagib, adepto ao catolicismo, é Procurador de Justiça do Estado de São Paulo, em Brasília, há 32 anos, tendo sido Assessor de Ministro do Supremo Tribunal Federal de 1994 a 2002.

¹¹ O *site* encontrava-se fora do ar quando o acessamos em novembro de 2017.

¹² Professor do Departamento de Educação da Universidade de Brasília (UnB) e Vice-líder do Movimento Escola Sem Partido.

¹³ Professor de Filosofia, aposentado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Mestre em Filosofia pela Universidade Pontifícia de Salamanca, na Espanha.

Ora, pois, toda apreciação do valor de algo ou de alguém exige um sistema de referência e somente pode ser feita a partir de posições escolhidas (SCHAFF, 2000). Neste sentido, Armino Moreira e os adeptos ao MESP fazem sua afirmação sobre a desqualificação do professor-educador, não de forma intuitiva, mas sim concretamente posicionada.

Isto é, o movimento encontra-se em contradição consigo mesmo, com o que preconiza: contrariamente ao seu programa de neutralidade política, social, filosófica, histórica, geográfica, cultural, econômica, científico-tecnológica e educacional, cuja visão do profissional da educação é de imparcialidade passional, o MESP revela, em sua essência, seu comprometimento social e político com “o direitismo político, o conservadorismo comportamental, bem como o reacionarismo cultural” (DEMIER, 2017, p. 90).

O positivismo do MESP, ao buscar esvaziar o conteúdo subjetivo do trabalho docente, além de coisificar seu caráter intelectual¹⁴, revela

uma simplicidade evangélica: nas ciências sociais, como nas ciências da natureza, é necessário afastar os preconceitos e as pressuposições, separar julgamentos de fato dos julgamentos de valor, [bem como] a ciência da ideologia¹⁵ (...) As implicações ideológicas conservadoras, reacionárias e contrarrevolucionárias dessa concepção levam ao entendimento de que, a sociedade não pode ser transformada. Contra os sonhos revolucionários utópicos e negativos, o positivismo enaltece a aceitação passiva do *status quo* social (...) a consolidação da ordem pública, pelo desenvolvimento de uma sábia resignação (LÖWY, 1978, p. 9-10).

Não sem razão, a religião vem sendo transformada em instrumento de pressão e disputa política na arena do Estado, mas também, torna-se mediação principal para que o fenômeno Movimento Escola sem Partido se desenvolva, a partir do ano de 2013, quando membros da Bancada Evangélica passam a apoiar o Deputado Jair Bolsonaro em sua cruzada na direção do Ministério da Educação (MEC) que, por sua vez, vinha tentando, desde o ano anterior, produzir e publicar o material educativo, denominado Escola sem Homofobia.

¹⁴ Na próxima seção, analisaremos o papel do intelectual em Gramsci.

¹⁵ Löwy entende o conceito de ideologia como essencialmente articulado ao de utopia. Neste sentido, a ideologia é tida como visão social de mundo segundo o posicionamento de classe do intelectual (singular e/ou coletivo).

Vale salientar que, à Bancada Evangélica se somam a Bancada Católica, a Frente Parlamentar em Defesa da Família e alguns parlamentares espíritas kardecistas. Seus argumentos, juntos ao Deputado Jair Bolsonaro, vieram não apenas dar fôlego ao Movimento Escola sem Partido, mas com este criar um

mecanismo de resistência e controle da transformação societária conhecido como pânico morais que emergem a partir do medo social com relação às mudanças, especialmente as percebidas como repentinas e, talvez por isso mesmo, ameaçadoras (MISKOLCI, 2007, 103 *apud* VITAL DA CUNHA, 2012, p. 125).

É, pois, sobre esta relação que trataremos, ainda que como primeira aproximação do objeto, na próxima seção.

2. ESTADO, RELIGIÃO E POLÍTICA: MAPEAMENTO PRELIMINAR DAS PRÁTICAS POLÍTICAS DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO

Segundo Vital da Cunha (2012), entre católicos e evangélicos, ambos se manifestam em amplo espectro com diferenças internas que não se pode negligenciar. Embora com ramificações diferentes, são intelectuais singulares, evangélicos e católicos, assumindo posições de lideranças em conselhos, fóruns e organizações, tais como no Conselho Nacional de Juventude, Rede Fale, Aliança de Batistas no Brasil, Católicas pelo Direito de Decidir, Diversidade Católica, entre outros em destaque nos meios de comunicação e informação.

Entretanto, são os evangélicos que, por meio de discursos e práticas, formam uma particularidade devido à sua marcante presença no espaço público do Estado (sociedade civil e sociedade política)¹⁶.

¹⁶ Entendemos, com Marx (2004; 1974) que, no Estado burguês, embora todos os homens sejam declarados iguais perante a lei, promove-se uma distinção entre sociedade política e sociedade civil, de modo a cindir o sujeito singular, tornando-o indivíduo. De um lado, o homem no trabalho; de outro, o homem diante da lei. Esta complexa cisão entre sociedade política e sociedade civil, em sua aparência apresenta-se como antagonica, e sua essência elas são complementares. Assim, a administração estatal envolve um complexo sistema de relações e mediações, o que incorpora a sociedade civil em sua dimensão político-ideológica e órgãos próprios, imbricando-a ao seu seio, de modo a controlá-la. Em Gramsci (1931 *apud* COUTINHO, 1999, p.126-7), o Estado é entendido do mesmo modo que Marx (*op. cit.*): um sistema de instrumentos de produção de liderança intelectual, de consenso e, ainda, de equilíbrio entre aparelho coercitivo e “organizações privadas” (*ibid.*, *ibid.*). Assim, o Estado, em seu sentido ampliado, comporta a sociedade civil (em sua dimensão ideológica) imbricada à sociedade política, tendo em vista que a conquista da hegemonia, da direção política, se realiza na materialidade da sociedade civil.

a movimentação do campo político e religioso pelos evangélicos introduziu um *empowerment* de diferentes tradições religiosas (embora isto possa parecer contraditório) que, ao invés de negarem o papel da religião no espaço público, passaram a reivindicar um lugar para si a fim de ampliarem a influência de suas denominações e tradições, assim como de suas lideranças e valores, baseados no “discurso dos direitos” e da democracia (demandando um acesso democrático aos bens políticos) (VITAL DA CUNHA, 2012, p. 5).

E, continua a pesquisadora afirmando que, houve uma mudança significativa no discurso dos evangélicos, no período entre os anos 1980 e os dias que correm, o que vem ao encontro da afirmação de Cunha (2016):

O Estado laico não pode admitir que instituições religiosas imponham que tal ou qual lei seja aprovada ou vetada, nem que alguma política pública seja mudada por causa de valores religiosos. Todavia, o Estado laico não pode desconhecer que os religiosos de todas as crenças têm o direito de influenciar a ordem política, tanto quanto os não crentes. Renunciando exercer tutela moral sobre a sociedade, os religiosos têm direito a difundir sua própria versão do que é melhor para toda a sociedade, traduzindo seus preceitos nos termos da linguagem política aceitável por todos (CUNHA, 2016, p. 5).

Neste sentido, o discurso de João Campos (PSDB-GO), presidente da Frente Parlamentar Evangélica, é emblemático quando assume a defesa da família, dos valores e dos princípios, tornando a religião instrumento de disputa, mas sobretudo afirmando a bancada evangélica, a bancada católica, a Frente em defesa da família, juntas, como grupo de pressão, difundindo o que julgam ser melhor para a sociedade.

Iremos articular a aprovação de requerimento que convoque o Ministro Palocci a vir a esta Casa para esclarecer aquilo que é de interesse da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, iremos endereçar um requerimento à Presidenta Dilma pedindo a exoneração do Ministro Haddad por ter perdido a confiança da sociedade brasileira. Não se admite que alguém que compõe a Alta República deste País minta para o Parlamento e para a sociedade! Estaremos ao mesmo tempo, Sr. Presidente, apresentando um requerimento propondo uma CPI no Ministério da Educação. São vários os fatos que encaminham nessa direção: a fraude do ENEM, os desvios de benefícios do PROUNI e agora a produção de um material financiado com dinheiro público para induzir os nossos filhos, utilizando a rede pública de ensino, a serem homossexuais. **Não se pode permitir que o dinheiro público seja utilizado para impor o comportamento de uma minoria à maioria do Brasil** (CAMPOS apud VITAL DA CUNHA, 2012, p. 137. Negritos nossos).

A este discurso seguem-se outros, como o do Senador Magno Malta (PR-ES): “esse *kit* homossexual nas escolas fará das escolas do Brasil verdadeiras academias de homossexuais”. São discursos que contribuem na construção do pânico moral, a que nos referimos na seção anterior, servindo de mecanismo de resistência aos materiais educativos e pedagógicos sobre doenças sexualmente transmissíveis, desigualdades sociais, questões de gênero, homofobia, feminicídio, racismo¹⁷ e o uso de drogas (lícitas e ilícitas).

Deste modo, o discurso religioso passa a concorrer com a ciência, relativizando seu contraditório critério de verdade.

Para a ciência, pelo menos na perspectiva por nós adotada, o processo de conhecimento encontra-se aberto na direção do infinito. Não sendo relativista, a verdade do conhecimento científico, ao buscar aproximar-se do real, é relacional, unidade do diverso e a história, método e processo.

De um lado integra a dinâmica social – momento das transformações, quer elas sejam discretas ou violentas – e, de outro, as modalidades de organização social concebida sempre como equilíbrio instável. Se a história pode ser explicada estruturalmente, ela é acima de tudo processo. A explicação histórica consiste na explicação da forma de articulação social, objetivando integrar as diversas dimensões constituintes da sociedade e identificar as conexões internas que as regem. As modificações numa esfera – econômica, política, jurídica, ideológica, etc. – implicam em gradações variadas de transformações nas demais. Como toda totalidade articulada, alguns de seus elementos determinam outros (FONTES, 2001, p. 117).

Ao relativizar a verdade (absoluta e inquestionável) da religião, os evangélicos junto aos grupos católicos e espíritas kardecista, passam a disputar a concepção de verdade com a ciência, pondo em cheque a autonomia do campo educacional brasileiro, sujeito a interferências mercadológicas: uma econômica e outra ideológica (CUNHA, 2011 *apud* CUNHA, 2016).

Trata-se de um fenômeno que se manifesta em todos os níveis de ensino e modalidades de educação, particularmente na educação básica (ensino fundamental e

17 Vale lembrar a discussão em torno do PLC 122/2006, que veio a ser pejorativamente chamado de “lei da mordaza”, pois que altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT) para definir os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero. Estabelece as tipificações e delimita as responsabilidades do ato e dos agentes.

ensino médio) onde, à despeito da dependência administrativa da instituição, o currículo está sujeito à ação (con)formadora do empresariado, mas também ao grupo de pressão reunido em torno do MESP.

O MESP, operando sobre as contradições dos intelectuais conservadores que atuam na arena da sociedade política, articula-se em torno de uma contrarreforma mais ampla da sociedade brasileira, tendo como mediação não apenas o postulado religioso, mas também uma concepção conservadora de sociedade. Sob Busca resistir, sobretudo, a qualquer organização familiar que não seja a família nuclear (tradicional) e, por conseguinte, da heterossexualidade normativa das sociedades ocidentais modernas.

Daí a cruzada na direção do Ministério da Educação (MEC), capitaneada Deputado Jair Bolsonaro e encampada pela bancada evangélicas, bancada católica, Frente em Defesa da Família e pelo MESP, entre os anos de 2012 e 2013, que preparava a produção e publicação do material educativo Escola sem Homofobia. Este material, como já dissemos, foi chamado, por parlamentares conservadores, de *kit gay*, além deste aspecto a discussão da temática sobre sexualidade, no âmbito escolar, passou a ser divulgada pelo MESP de ideologia de gênero.

Entretanto, a ideologia de gênero não se faz, segundo os referidos grupos conservadores, sem a “contaminação político-ideológica”¹⁸ que se manifesta nas escolas e universidades brasileiras. Tal contaminação política-ideológica teria como carro-chefe o PT e um “exército organizado de militantes travestidos de professores”, que se prevaleceriam “da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo”, disseminando, assim, a ideias comunistas.

Não podemos ser ingênuos. Há um pensamento hegemônico da esquerda nas universidades e foram essas pessoas que majoritariamente construíram esse documento (...) É possível inferir a hegemonia da epistemologia marxista e do método crítico-cultural não somente na parte das ciências humanas, mas até mesmo nas chamadas ciências duras, até na matemática, em química, em física, em biologia. Quais as intenções políticas e as consequências para o nosso futuro democrático como resultado dessa escolha (ESCOLA SEM PARTIDO, s/d).

Concordamos com Espinosa e Queiroz (2017), quando afirmam que, há cinco anos ou mais, o MESP era tido “como um movimento pueril, tamanha sua inconsistência teórico-jurídico; não se imaginava que a iniciativa tomaria a dimensão que tem hoje (...), aproveitando-se de uma forte onda conservadora” (Ibid, *ibid.*, p. 49), que traz em sua

¹⁸ Também denominada de doutrinação ideológica.

essência a ideologia antipartidária, presente nas manifestações de junho de 2013, cujos partidos políticos surgem como germe do conflito social e expressão de interesse particulares, mesquinhos e corruptos; mas, contraditoriamente apoiada na interface religião e política que se manifestou no apoio à candidatura de Dilma Rousseff no pleito de 2014. Além, é claro, da ideologia anticorrupção propagada pela grande mídia que escamoteia o cerne da questão, qual seja, a corrupção é inerente ao capitalismo.

É neste quadro que, o MESP se fortalece: desenvolve um sítio na web, distribui panfletos, incentiva a denúncia, por parte de pais, responsáveis e estudante, de professores e a divulgação de material visto como de conteúdo ideológico-político partidário e ideológico de gênero, faz tramitar no Congresso Nacional o Projeto de Lei (PL) nº 867/2015¹⁹. Segundo Miguel Nagibe, idealizador do PL, sua inspiração encontra-se no Código de Defesa do Consumidor que intervém na relação entre fornecedor e consumidor. Assim, o PL nº 867/2015, ao ser aprovado, interviria na relação escola, professor (prestadores de serviço) e aluno (consumidor) com a finalidade de controlar a liberdade de ensinar e garantir a liberdade de ensinar²⁰.

Assim, além de ter como alvo os materiais educativos distribuídos pelo governo, os livros didáticos, a visão teórico-metodológica e a transmissão do conteúdo do/pelo professor, o MESP tem buscado intervir mediatamente na política educacional desde o processo controverso e contraditório de discussão e elaboração do Plano Nacional de Educação (2011-2021/2014-2024)²¹ até a construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 20 de dezembro de 2017.

Ainda que não tenha participado do Movimento pela Base²², o MESP passa a ser um dos interlocutores do MEC., logo após o golpe civil-parlamentar de 2016. Segundo Macedo (2017),

¹⁹ Inclui na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996), o “Programa Escola sem Partido”.

²⁰ Para maiores detalhes, ver Penna (2015; 2017) e consultar <https://www.facebook.com/contraoescolasempartido>; <https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/2015/09/18/o-odio-aos-professores>; <http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR85668>

²¹ O PNE 2014-2024 foi instituído pela Lei nº 13.005, de 2014.

²² O Movimento pela Base é composto por intelectuais coletivos como o Todos pela Educação, A Fundação Lehman, a Fundação Roberto marinho, o Instituto Ayrton, o Instituto Natura, o Instituto Inspirare entre outros, mas também por intelectuais (singulares) orgânicos do capital tais como Guiomar Namó de Mello, Claudia Costin, Maria Helena de Castro Guimarães. Para maiores detalhes, consultar <http://movimentopelabase.org.br/quem-somos/>

Um conjunto de exemplos tópicos sustenta essa afirmativa. (i) em Seminário na Câmara dos Deputados em junho de 2016, com a presença de instâncias públicas e parceiros privados responsáveis pela elaboração da BNCC, a mesa que debateu as Ciências Humanas na base foi formada em sua totalidade por partidários do ESP; (ii) em julho de 2016, Adolfo Sachsida foi nomeado assessor especial do MEC, posição revista em seguida. O economista é um dos principais defensores do ESP; (iii) em março de 2017, representantes da bancada evangélica ligados ao ESP divulgaram a notícia de que a secretária-executiva do MEC “garante que ideologia de gênero não entrará na (terceira versão da) BNCC” (MACEDO, 2017, p. 521).

De fato, como o MESP tem como foco a (con)formação na infância, a 3ª versão da BNCC, divulgada em dezembro de 2017, trata apenas da educação infantil e do ensino fundamental, trazendo uma concepção reducionista do desenvolvimento infantil e a retomada de currículo tecnicista que vigorou no governo empresarial-militar. Conforme solicitação do MEC, o Conselho Nacional de Educação (CNE) não aprovou o tema “corpo, gênero e sexualidade nas tradições religiosas” sob o qual as escolas deveriam “discutir as distintas concepções de gênero e sexualidade segundo diferentes tradições religiosas e filosofias de vida”.

No lugar da temática sobre sexualidade, gênero e religião, entra o eixo “princípios e valores éticos” que estabelece como umas das habilidades “reconhecer a coexistência como uma atitude ética de respeito à vida e à dignidade humana”.

As primeiras aproximações do fenômeno MESP, permite-nos afirmar que está em curso, no Brasil, um processo de disputa em torno das representações sociais e da educação sobre gênero, corpo, sexualidade, ciência e religião.

Neste sentido, conforme avalia Macedo "as possíveis articulações entre a BNCC aí proposta e as demandas do MESP são preocupantes no momento" (2017, p.517) e dizem respeito ao papel do intelectual, na acepção gramsciana, seja no processo de reforma seja no de contrarreforma econômica, cultural, moral e intelectual da sociedade.

3. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PAPEL DO INTELECTUAL

Dado que, a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos: um como domínio (coerção) e, outro, como “direção intelectual, moral e educativa” (consenso) (GRAMSCI, 2004, p. 20-21) a estratégia, do MESP, de construir a obtenção do consenso vem escudada de coerção sobre o trabalho docente e a prática escolar, dado o papel crucial do intelectual-docente. O papel do professor é o de educar, de formar as “massas”, seja na direção da “práxis utilitária”, o que não significa necessariamente um

movimento de transformação societário; seja ele voltado para a “práxis revolucionária”, com vistas a metamorfose da sociedade capitalista em sociedade socialista. Neste caso, a formação educação não é nem aligeirada e tampouco dogmática e fragmentada da realidade. Ela pressupõe, pela mediação da escola e do professor, a formação do sujeito pleno, livre da ética e dos valores burgueses, emancipado humanamente em relação às instituições criadas e conservadas pelo poder burguês.

Desse modo importa compreender o papel do intelectual no Estado (sociedade civil e sociedade política)²³, suas experiências de classe e frações de classe e a luta que trava em torno da obtenção do consenso na direção da reforma intelectual, moral, cultural e educacional da sociedade.

Para Gramsci (2004), todos somos intelectuais, mas nem todos exercem o papel do intelectual, cuja atividade é “diretivo-organizativa, isto é, educativa, isto é, intelectual” (Ibib, p. 25). Entretanto, alerta Gramsci, entender a origem, a consciência de classe e a organização dos intelectuais em grupo, não é tarefa fácil. Ao contrário! “O problema é complexo” (ibid, p. 15), devido à formação especializada, em diferentes ramos do saber e da produção, ofertada em todos os níveis de ensino.

Assim, nos diferentes grupos sociais da sociedade civil haverá, sempre, para cada um, camadas de intelectuais que irão compor a própria consciência do grupo, bem como manter a unidade do mesmo. Esses intelectuais emergem organicamente como construção necessária ao grupo.

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político (GRAMSCI, 2004, p. 15).

Contudo, observar apenas a formação de diferentes categorias intelectuais, com capacidades técnicas e intelectivas, significa deter-se na aparência do fenômeno. Torna-se necessário caminhar na direção da essência do problema, de modo a capturar as relações sociais de produção e de reprodução da vida dos intelectuais. Neste movimento dialético, Gramsci (2004) amplia o conceito de intelectual. Existem, assim, duas categorias de intelectuais, igualmente importantes e complementares: intelectual orgânico e intelectual tradicional/cosmopolita.

²³ Nossa análise se pauta pela concepção de Estado ampliado, em Gramsci. Para aprofundar a leitura, ver Coutinho (1999); Gramsci (2004).

Para Gramsci, uma representa os intelectuais (orgânicos) que se originam e são criados a partir das necessidades dos grupos com os quais eles possuem identidade e sentimento de pertença. A segunda relaciona-se aos intelectuais ativos, empreendedores, enérgicos e que parecem portar mais autonomia do que intelectual arraigado ao seu grupo. Na medida em que, os intelectuais tradicionais/cosmopolitas viajam ao exterior, assimilam a cultura e as experiências de classe (intra e entre classes) nos países de formação histórica e social diferente, ao retornar ao seu país de origem, “obrigando o povo a um despertar forçado, a uma marcha acelerada para frente, queimando etapas de seu desenvolvimento] (GRAMSCI, 2004, p. 27).

Esses intelectuais tradicionais seriam, portanto, independentes mais ao mesmo tempo articulados – por interesses particulares – a grupos específicos herdeiros de outra condição histórica e com isso conseguem trafegar com certo grau de liberdade entre camadas diferentes da sociedade civil e política.

É neste sentido que Gramsci afirma não existir intelectual autônomo. Existem, sim, redes de sociabilidade, em cujas atividades práticas o intelectual se forma nos diferentes estratos da sociedade, segundo a divisão sociotécnica do trabalho e a apropriação privada dos meios de produção, informação e comunicação. Assim, o intelectual se forma segundo a sua origem de classe, as relações sociais que trava na sua trajetória escolar e profissional, bem como os círculos culturais de que participa.

Nos limites deste artigo e das primeiras aproximações que realizamos do campo empírico e do aporte teórico, gostaríamos de destacar a importância do intelectual (singular e coletivo) nos processos de contrarreforma, reforma e transformação da sociedade. O intelectual (singular ou coletivo, orgânico ou cosmopolita), seja da classe burguesa seja da classe trabalhadora, toma para si a tarefa político-diretiva de organizar e anunciar as modificações nos limites da ordem ou de transformar a ordem.

Assim, o que nos compete fazer numa temporalidade de ofensiva conservadora, de quase 30 anos de duração, quando nos defrontamos com os ataques deferidos, à escola e ao professor, pelo MESP?

Ainda que preliminarmente e diante da complexidade do fenômeno, encontramos parte da resposta em Florestan Fernandes, cuja escrita se deu sob a tensão dos 1979.

Os intelectuais para compreenderem sua situação na atual cena histórica e os papéis políticos construtivos, que podem desempenhar, devem ter em mente a natureza específica desse processo. Quanto mais eles se vincularem à realidade pela ótica

institucional (papéis de intelectuais legítimos da academia), pela ótica de classes (papéis radicais de um setor desenraizado das classes médias) ou pela ótica da estabilidade da ordem (papeis desempenhados como membros natos das elites culturais, ocupando posição estratégica na informação dos *policy makers*), menos eles verão claramente o que lhes compete fazer (FERNANDES, 1980, p. 50).

Encerramos esta seção, retornando à Introdução do texto. Apontamos, com Mézáros (2003), para a incontornabilidade e o potencial de autodestruição humana do capital, a sua necessidade de subjugar globalmente o trabalho e, porque não, a educação, mas também a forma na qual é produzido e apropriado o conhecimento. A atenção sobre a responsabilidade dos intelectuais (orgânicos e cosmopolitas) da classe trabalhadora de lutar contra as formas de violência exercidas sobre o pensamento crítico e a práxis de intelectuais discentes, docentes e pesquisadores e o ataque à escola e a universidade, necessita ser redobrada em fins desta segunda década do século XXI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste texto procuramos localizar, no tempo e no espaço, a gênese do fenômeno Movimento Escola sem Partido (MESP) e, de modo preliminar, o seu desenvolvimento e atuação, por mediação de intelectuais que ocupam cargos na sociedade política, além daqueles singulares e coletivos que atuam na sociedade civil. Na primeira seção, buscamos evidenciar o movimento contraditório do MESP, consigo mesmo: contrariamente ao seu programa de neutralidade política, social, filosófica, histórica, geográfica, cultural, econômica, científico-tecnológica e educacional, o MESP revela, em sua essência, seu comprometimento social e político com “o direitismo político, o conservadorismo comportamental, bem como o reacionarismo cultural” (DEMIER, 2017, p. 90).

Na segunda seção, buscamos desvelar a complexa relação entre Estado, política e religião, tendo como alvo de análise a bancada evangélica, a bancada católica e a Frente Parlamentar em Defesa da Família. Assim, foi possível apreender que a Bancada Evangélica, a Bancada Católica, a Frente Parlamentar em Defesa da Família e alguns parlamentares espíritas kardecistas, juntos ao Deputado Jair Bolsonaro, emprestaram fôlego ao MESP, criando um mecanismo de resistência e controle da transformação societária conhecido - o pânico moral.

Produzido no ano de 2012, o pânico moral foi provocado inicialmente pelo deputado Jair Bolsonaro que criticou, pejorativamente, o material educativo Escola sem homofobia, pondo em questão a moralidade institucional do MEC, do Ministro de Educação e da Presidente da República.

Assim, sucessivamente, o MESP passa a intervir na política educacional das três esferas de governo, bem como no chão da escola e na prática docente, perseguindo professores da educação básica e da educação superior, grupos de pesquisa por divulgarem, segundo o MESP e correligionários, ideologia de gênero e político-partidária. É possível que, o marco temporal desta intervenção do MESP na política educacional brasileira esteja no processo controverso e contraditório de discussão e elaboração do Plano Nacional de Educação (2011-2021/2014-2024), passando pela tentativa de incorporar à LDBEN/1996 o denominado Programa Escola sem Partido, até o processo de construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 20 de dezembro de 2017.

Neste contexto, o movimento de análise, das primeira e segunda seções, abre caminho para o debate sobre o papel da intelectual na terceira seção. Porquanto, ao explicitar não apenas o movimento de alguns grupos sociais, o apreendemos como parte do processo ontológico e, por conseguinte, marcado por sujeitos históricos que se organizam em frações de classe. Sujeitos, de carne e osso, cujas determinações não-classistas de suas ações, como gênero, cor, raça, nacionalidade, recheiam a identidade da referida fração de classe, evidenciando, a importância do papel que cumprem, enquanto intelectuais, na transformação ou conservação da sociedade

Neste sentido, explicitamos aqui a necessidade de os professores, enquanto sujeitos coletivos e não obstante como intelectuais orgânicos que se quer da classe trabalhadora tomar partido e se organizar frente à disputa por hegemonia no campo da educação, que também se revela como disputa na sociedade civil. Tomar o partido da democracia, da pluralidade cultural, da luta das minorias e dos movimentos sociais por emancipação e da luta por justiça social. E também é preciso ter uma nítida percepção dos prejuízos provocados pela ideologia do MESP, antidemocrática, preconceituosa, e que por vezes simpatiza com ideias fascistas. Segundo Frigotto (2017), o "Escola sem Partido avança num território que historicamente desembocou na insanidade da intolerância e da eliminação de seres humanos sob o nazismo, o fascismo e similares" (FRIGOTTO, 2017, p. 31).

A atenção sobre a responsabilidade dos intelectuais (orgânicos e cosmopolitas) da classe trabalhadora de lutar contra as formas de violência exercidas sobre o pensamento crítico e a práxis de intelectuais discentes, docentes e pesquisadores e o ataque à escola e a universidade, necessita ser redobrada em fins desta segunda década do século XXI. A luta continua!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999.

CUNHA, Luiz Antônio. *O projeto reacionário de educação*. Produção Digital Independente (*Homepage*), 2016. Disponível em: <http://www.luizantoniocunha.pro.br/>

DEMIER, Felipe. *Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

EL PAÍS. Movimento Escola sem Partido: o professor da minha filha comparou Che Guevara a São Francisco de Assis. *El País*, S.P., 26 jun 2016. Caderno Brasil, 2016.

ESPINOSA, Betty R. Solano; QUEIROZ, Felipe B. Campanuci. Breve análise sobre as redes do Escola sem Partido. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 2reimp. 5.ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. *Brasil: em compasso de espera*. São Paulo: Editora Hucitec, 1980

FONTES, Virginia. História e verdade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria (Orgs.). *Teoria e educação no labirinto do capital*. Petrópolis: Vozes, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Escola Sem Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. p. 17-34.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere. Vol. 2. Os Intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. *Revista Serviço Social*, São Paulo, n. 124, p. 652-664, out/dez 2015.

LÖWY, Michael. *Método dialético e teoria política*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MACEDO, Elizabeth. As demandas conservadoras do Movimento Escola sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. *Revista Educação & Sociedade*. Campinas: CEDES, v. 38, nº. 139, pp.507-524, abr.-jun., 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00507.pdf>

MATTOS, Marcelo B. De Junho de 2013 a Junho de 2015: Elementos para uma análise da (crítica) conjuntura brasileira. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane. (Orgs). *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MARX, Karl. *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

MÉSZÁROS, István. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003.

MOREIRA, Armindo. *Professor não é educador*. Toledo, PR: Indicto, 2012.

MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO, 2004. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org>. Acesso em: 04 de Agosto de 2017.

MOVIMENTO PELA BASE. *A construção da BNCC*. (Homepage), 2013-2017. Disponível em <http://movimentopelabase.org.br/>

PENNA, Fernando de Araújo. Entrevista concedida a Movimento - Revista de Educação. Niterói: *Movimento – Revista de Educação*, ano 2, nº 3, 2015, pp. 294-301.

PENNA, Fernando de Araújo. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017.

PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO, 2016. Disponível em: <http://www.programaescolasempartido.org>. Acesso em: 02 de Agosto de 2017.

SCHAFF, Adam. *História e verdade*. 3. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.

VITAL DA CUNHA, Christina. *Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.